

Descrição de algumas das identidades étnicas dos emigrantes portugueses

Resumo

A cultura portuguesa é copiosa em migrações. As migrações encontram-se relacionadas com o legado histórico português. Nas migrações portuguesas é possível verificar, em simultâneo, a identidade étnica dos portugueses enquanto maioria e minoria. Este trabalho abordou a identidade étnica dos emigrantes portugueses em quatro territórios soberanos, isto é, Trindade e Tobago, Nova Inglaterra (EUA), Brasil e França. Tratou-se de verificar quais os fatores mais influentes para as quatro identidades étnicas, comparando-as. Por fim, os emigrantes portugueses, em França, permitem esboçar a suposição de que, em Portugal, este grupo cultural se constitui como um grupo étnico peculiar. Os fatores que diferenciam os indivíduos em grupos étnicos variam consoante o espaço e o tempo. Uma abordagem fenomenológica indica que as variáveis ecológicas são determinantes, pois a distância entre os territórios implica diferentes processos de aculturação, enculturação e socialização.

Palavras-chave: emigração, identidade étnica, aculturação, Trindade e Tobago, Nova Inglaterra, Brasil e França.

Description of some of the ethnic identities of the Portuguese emigrants

Abstract

The Portuguese culture is rich in migrations. Migrations are connected to the Portuguese historical legacy. It is possible to verify, simultaneously, the ethnic identity of the Portuguese as a majority and as a minority. This work approached the ethnic identity of Portuguese emigrants in four sovereign territories, namely, Trinidad and Tobago, New England (USA), Brazil and France. It attempted to check out the most influential factors to the four ethnic identities by comparing them. Finally, the Portuguese emigrants, in France, report the assumption that this cultural group is a new ethnic group in Portugal. The factors that differentiate individuals into ethnic groups change according to space and time. A phenomenological approach indicates that the ecological variables are important, because the distance between territories implies different processes of acculturation, enculturation and socialization.

Keywords: emigration, ethnic identity, acculturation, Trinidad and Tobago, New England, Brazil and France.

- Castro, J. F. P. (2019). Descrição de algumas das identidades étnicas dos emigrantes portugueses [Description of some of the ethnic identities of the Portuguese emigrants]. Em Colóquio *Citizenship for the XXIth century, The contribution of local communities, The Culture of passing Societies. Losses and Benefits*, 5 e 6 de abril, 2019, Melgaço & Monção.

1. Introdução

Este trabalho teve origem na Bibliografia acerca da e/imigração, aculturação e identidade étnica em língua portuguesa (Portugal, Brasil, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe) com ligações URL, 2019 (Castro, 2019b). A referida bibliografia abarca mais de duzentos anos de movimentos migratórios e contém cerca de seis mil referências. A diversidade da bibliografia mostrou diferentes concepções e situações étnicas, segundo os diferentes fluxos emigratórios, em diversos destinos, e de acordo com os diferentes períodos temporais.

A identidade étnica poderá resultar duma construção individual, política realizada nos níveis nacional e internacional e, atualmente, do marketing comercial (Comaroff & Comaroff, 2009). No entanto, neste estudo, as migrações, uma vez que implicam contacto intercultural direto e contínuo, são consideradas as principais geradoras das identidades étnicas. A elaboração duma identidade étnica se faz em comparação face a outros grupos étnicos. As comparações interculturais assentam, em simultâneo, em autoatribuições e hétero-atribuições, as quais são negociadas na relação intercultural.

A cultura portuguesa é copiosa em migrações. O alimento tradicional português, o bacalhau, é pescado a milhares de quilómetros da costa portuguesa. Portugal, como entidade política, começa de Norte para Sul através da Reconquista (1135-1340). Esta última conduz à conquista de Ceuta, em 1415, a qual abre caminho para os chamados descobrimentos portugueses e para o império colonial português (1415-1999). Este último, por sua vez, em 1822, conduz à problemática da emigração, devido à independência do Brasil. Por fim, o final do império colonial, em 1974/99, resultou no retorno da maioria dos colonos, e ainda de muitos nativos das antigas colónias (Pimenta, 2014, 2017).

Outras migrações relacionadas com o legado histórico de Portugal, como entidade política, foram forçadas, por exemplo, a escravidão, a servidão por contrato, e o exílio político ou religioso (judeus, muçulmanos e protestantes). Em muitos casos, a

emigração portuguesa, de finais dos anos 50 até meados de 70 do século XX, a qual teve a França como destino, também poderá ser considerado como forçada. O legado histórico ainda implicou e implica migrações e elaborações étnicas, e.g., dos goeses, em Malaca (O'Neill, 1999; Sarkissian, 2005) e em Macau (Pina-Cabral & Lourenço, 1993).

2. Metodologia

O presente estudo é fundamental, qualitativo, exploratório, descritivo e comparativo. A literatura acerca da emigração permite abarcar, comparar e descrever vários espaços e tempos. O primeiro passo consistiu em selecionar artigos da referida bibliografia. A escolha dos quatro contextos emigratórios foi feita por conveniência. A escolha do Brasil e da França se fizeram porque representavam os maiores fluxos emigratórios. Tratou-se, pois, de realizar uma pequena revisão da literatura de carácter histórico, tentando descrever ainda a atual situação, tendo em conta os principais fatores que estruturaram a identidade étnica autoatribuída e hétero-atribuída. Mais tarde, comparou-se os quatro destinos em jeito de discussão e conclusão. Finalmente, esboçou-se a presumível existência duma identidade étnica dos emigrantes portugueses de França, no seu país de origem.

2.1 Os objetivos

O estudo partiu do princípio que as formações étnicas tinham um carácter dinâmico e variável consoante o contexto intercultural e político. Esta premissa implica a existência duma diversidade de discursos. Tratou-se, pois, de verificar de forma exploratória esta proposição ou racional teórico implícito.

É possível destacar dois objetivos genéricos:

Este estudo pretendia descrever diferentes discursos acerca da identidade étnica baseados em quatro fluxos emigratórios. Trata-se de comparar quais os fatores mais influentes em cada fluxo através das semelhanças e diferenças entre eles.

O objeto e os objetivos do estudo assentam na tentativa exploratória de definir e alargar os modelos teóricos e a forma de os abordar, abarcando a maior complexidade possível.

2.2 Algumas considerações éticas

As migrações podem ser disruptivas em termos nacionais e internacionais, e ainda em termos individuais e coletivos. No final do século XIX, a globalização aumentou, e a temática das migrações relacionou-se com o crime internacional e com as desigualdades económicas em termos nacionais e internacionais (Knepper, 2010). Atualmente, os fluxos migratórios aumentaram de novo, e tornaram-se um tema de debate e de instrumentalização política e ainda das relações internacionais (Pecoud, 2015), por exemplo, entre a Turquia e a União Europeia.

Para este estudo, o contacto intercultural é considerado como o agente principal das identidades étnicas e da aculturação. Esta última é, sobretudo, aprender uma segunda cultura (Rudmin, Wang & Castro, 2017). No entanto, a aculturação e a identidade étnica poderão ser independentes. A aculturação corresponde à assimilação cultural (Frazier, 1949), pois ambas implicam aprender uma segunda cultura. No entanto, a assimilação social implica a aceitação do indivíduo pelo grupo dominante (Du Bois, 1999). Se a aceitação do indivíduo não acontecer, usualmente, estes permanecem com a identidade étnica hétero-atribuída anterior, conquanto a aculturação.

Uma outra questão se relaciona com o uso de etiquetas grupais. Deve-se ter precauções com o uso destas, uma vez que estas são construções sociais, e ainda porque as variações intragrupais, históricas, culturais e individuais devem ser preservadas. Neste estudo, a etiqueta português deve ser entendida em sentido abstrato, não remetendo forçosamente para os atuais portugueses que vivem no território soberano do Estado Português, até porque estes foram, são e serão diversos. Por outro lado, também não deve ser confundido com a nacionalidade portuguesa.

O Estado Português é considerado como sendo semiperiférico no contexto da globalização (Santos, I., 2013). Na sociedade portuguesa existem, em simultâneo, os fenómenos da imigração (Williams & Patterson, 1998) e da emigração. No entanto, o fenómeno da emigração é o predominante. Portugal é um dos raros países da Europa Ocidental que apresenta fluxos emigratórios do Hemisfério Norte para o Sul (Machado, Lopes & França, 2012; Santos, I., 2013, 2016). Assim dispendo, as migrações permitem observar os portugueses como minoria e como maioria. Por outro lado, alguns dos fluxos emigratórios implicam estabelecer comparações entre os antigos impérios coloniais (Subrahmanyam, 2012). No entanto, as relações de poder não se constituem como o objeto e o objetivo do estudo.

Após a Segunda Guerra Mundial, o termo raça esteve sob avaliação crítica (Barkan, 1992), no sentido de ser eliminado dos dicionários. O termo etnia ganhou o espaço semântico e discursivo da palavra raça. No entanto, a palavra etnia estava também relacionado com relações de poder assimétricas. Lévi-Strauss (1952) afirmou, nas Nações Unidas, que o problema não se encontrava na palavra raça, senão na dificuldade de conviver com os demais grupos culturais. Neste estudo, a raça e a etnia são considerados como fazendo parte das relações interculturais ou grupais, sendo que a raça é compreendido como fenótipo.

A palavra diáspora não foi aplicada neste estudo, pois, usualmente, não se ajusta na emigração portuguesa. O termo surge da experiência judaica de dispersão sem a existência dum território (Sideri, 2008). Contudo, esse nunca foi o caso português. Mais tarde, o termo passou a designar as dispersões arménias, gregas, indianas e chinesas (Schnapper, Costa-Lascoux & Hily, 2001). Outras vezes, o termo diáspora é usado no sentido transnacional (Bourne, 1916, July), o qual se encontra próximo da origem do modelo multicultural. A análise transnacional detém o mesmo problema do modelo multicultural de Kallen (1915, Feb 25), isto é, diferentes culturas que residem no mesmo território, mas que têm escassas relações entre elas e que apenas se juntam na sociedade alargada, sem que sejam esperadas mudarem. Na cultura portuguesa, o termo diáspora ganhou sentido, em inícios dos anos 80, período

em que paradoxalmente se compreende que os emigrantes, em França, não retornariam, mas que se garantiu a estes e aos seus descendentes o direito à nacionalidade portuguesa (Poinard, 1988) e, ao mesmo tempo, o direito à integração, talvez, assimilação no país de receção, o que estabeleceu uma contradição (Castro, 2018a).

A noção de diáspora tem conotações positivas, quando comparada com o nacionalismo exacerbado (Schnapper, Costa-Lascoux & Hily, 2001). No entanto, o uso do termo, hoje, é demasiado profuso e difuso. A ligação do Estado Português com os seus diversos grupos culturais emigratórios (ou coloniais) é, muitas vezes, frágil, sendo que a unidade e a solidariedade entre esses grupos culturais são também, muitas vezes, escassas. Segundo Poinard (1988), «...l'apologie de l'émigration s'épuise dans la distance sociale et culturelle dans laquelle est tenu l'émigré». (p. 197). No entanto, em certos casos, é de apreciar como o Estado e o marketing comercial têm mantido vivos os laços através de alguns traços culturais portugueses (Klimt, 2000), e.g., a saudade (Leal, 2000).

O termo comunidades portuguesas também não é aplicado. Paulo Filipe Monteiro considera a existência das comunidades portuguesas um mito (Pereira, C., 2016). O termo ganhou uma conotação instrumental, sendo que, muitas vezes, a maior preocupação se relaciona com o facto dos emigrantes serem compreendidos como uma forma de produção monetária. Segundo Santos, Y. (2010), o apoio do Estado Português aos emigrantes inicia-se durante a monarquia, no sentido de evitar a exploração dos engajadores. Mais tarde, na República, tratou-se de controlar a qualidade dos navios de transporte para o Brasil (Pinho, 2016). Por fim, com Marcelo Caetano, em finais da década de 60, desenvolvem-se pontos de apoio aos emigrantes nos países de acolhimento. Contudo, subjacente a estas políticas estava o interesse nas remessas.

Miller (1924) chamou a atenção para dois vieses na investigação das migrações e das relações étnicas, isto é, a tendência para procurar causas lineares e a tendência para perceber o mundo como ele deveria ser e não como ele aparece. Ambos os erros estão relacionados num racional teórico implícito que se mostra dicotómico e

maniqueísta e que, por isso, é excludente. Para além disso, esse racional teórico termina por elaborar considerações éticas através de preconceitos e de bodes expiatórios, nos quais se revela o sacrifício da violência coletiva (Girard, 1972). Os emigrantes, por vezes, acabam por sendo bodes expiatórios. Portanto, o estudo não pretendeu ter um carácter normativo e prescritivo, senão que, pelo contrário, este se pretendeu descritivo.

A relação entre colonização e emigração abre-se para outra questão, a qual se relaciona com as “raças”. Nas derradeiras décadas do império colonial, o Estado se proclamava diverso e propenso à fusão (Boxer, 1961; Godinho, 1962). No entanto, por exemplo, as políticas institucionais não privilegiavam os casamentos mistos (Mata, 2007). Portanto, apesar da existência de misturas, sobretudo, quando comparado com o império britânico (Freyre, 1933), estas foram feitas através de relações de poder assimétricas. A partir da década de 60, as críticas à conceção do Estado-Novo aumentaram, por exemplo, Boxer mudou a sua opinião (Boxer, 1963), adaptando-se aos novos tempos (Cummins & Rebelo, 2001; Curto, 2013; Pina-Cabral, 2012). De resto, as formas de se abordar os fenómenos interculturais variam com o tempo e ainda com as culturas. A cultura norte-americana, hoje, é a dominante (e.g., separate but equal, one-drop rule). Pelo contrário, o luso-tropicalista Freyre proclamada a superioridade da cultura brasileira sobre as colónias portuguesas e sobre a cultura norte-americana (Massa, 1997). Por fim, a origem genética poderá ser distinta do fenótipo (Santos, Fry, Monteiro, Maio, Rodrigues, Bastos-Rodrigues & Pena, 2009).

Para terminar, na tendência para confundir as colonizações com as emigrações e nos usos dos termos diaspora, comunidades e transnacional, por vezes, tenta-se transformar fenómenos parcialmente negativos em algo de positivo: “... it sought to transform an event which basically reflected the extremely poor conditions prevailing in Portugal into a new epic of Portugueseness.” (Leal, 2000, p. 278)

3. A definição da identidade étnica

A identidade étnica é dinâmica, é uma construção ao longo de toda a vida e é também um construto multidimensional, o qual se refere à identidade individual como membro dum grupo étnico (Barth, 1969; Phinney & Ong, 2007). O conceito de identidade étnica dispõe de três dimensões principais. A primeira dimensão é a autoatribuição. No entanto, pode ser atribuído por outras pessoas ou grupos culturais. A segunda dimensão é o sentido subjetivo de pertença ao grupo étnico. A terceira dimensão é o seu desenvolvimento pelo comportamento de exploração (Phinney & Ong, 2007). A definição fornecida é interessante, sobretudo, porque apresenta um ponto de vista individual. A identidade étnica é fruto duma negociação dinâmica entre indivíduos e grupos culturais distintos ou que se diferenciam.

Numa pequena cidade próxima de Londres, Elias e Scotson (1994) reportaram que foi a mera relação social que produziu uma cultura grupal peculiar, diferenciando-o doutro grupo recém-chegado, apesar de não existirem diferenças de fenótipos, religiosas, linguísticas e de classes socioeconómicas.

Por seu turno, segundo Barth (1969), foi a mera relação intercultural que produziu as identidades étnicas, as quais poderiam surgir a partir dum mesmo grupo cultural. Segundo Barth, a identidade étnica e as suas etiquetas surgem a partir da autoatribuição, a qual é atribuída pelo próprio indivíduo ou grupo cultural e pela hétero-atribuição. A hétero-atribuição não é controlável pelo indivíduo ou grupo cultural etiquetado e é ainda hierárquica e rígida.

Outra teoria capaz de explicar as relações intergrupais é a de Bourdieu (1992, 2001). Segundo Bourdieu, os indivíduos são divididos segundo o seu estatuto social e este depende do capital económico, assim como dos capitais cultural e social.

Os fatores que diferenciam os indivíduos em grupos étnicos variam consoante o espaço e o tempo. Por exemplo, durante a Era das Descobertas, os portugueses utilizavam, sobretudo, a religião como fator de diferenciação (Castro, 2014).

Os elementos diferenciadores poderão ser auto ou hétero-atribuídos. Dos hétero-atribuídos devem-se destacar a raça, a idade, o género, a língua, a religião, a cultura e o legado cultural (e.g., costumes), o estatuto social, a classe socioeconómica à nascença e a socioeconómica ao longo da vida, o capital social e cultural e a área de residência. Um outro fator, não controlável, mas que tem origem no meio físico é o ecológico. A emigração decorre num outro território, na qual se inscrevem as enculturações, aculturações e as socializações.

Em Portugal, a palavra emigrante poderá, em certos contextos, funcionar como uma etiqueta. Como mostrou Pereira, M. (2013), a palavra emerge como conceito relacionado com um baixo estatuto social e socioeconómico, em finais do século XIX. Por outro lado, a palavra emigrante surge como etiqueta também devido ao comportamento agonístico entre os residentes e os emigrantes, em Portugal. Esta questão será abordada na seção que diz respeito à França.

Tal como foi dito acima, as atitudes e os comportamentos individualistas devem ser salvaguardados. Na literatura da aculturação e das migrações Park (1928) publica o seu “homem marginal”, o qual correspondia à não aceitação do imigrante pela nova sociedade, sem que ele conservasse o apoio da origem. No entanto, a marginalização é, hoje, muitas vezes, percebido como uma opção individualista.

Na literatura da aculturação existe um outro fenómeno que merece ser mencionado. Trata-se da alternância (Coleman, 1995; Taft, R., 1981), isto é, a situação em que o individuo é culturalmente competente em várias culturas, sem que a sua identidade étnica see. A alternância não é estranha à cultura portuguesa, por exemplo, na narração de Fernão Mendes Pinto (1989; Castro, 2014).

4. Trindade e Tobago

Trindade e Tobago é um arquipélago e Estado soberano situado nas Caraíbas. Este Estado é um país anglófono e dispõe duma imensa diversidade étnica, no qual os

emigrantes portugueses se constituem como uma pequena minoria. O primeiro fluxo emigratório português ocorreu por entre açorianos e, mais tarde, madeirenses no contexto da emigração por contrato, após 1834, data da abolição da escravatura pelo governo britânico (Almeida, 2008; Ferreira, J-A., 1994). Por fim, após a Segunda Guerra Mundial, existiu um outro fluxo emigratório. A emigração portuguesa por contrato também foi usual no Havaí (Bastos, 2011; Geschwender, Carroll-Seguin & Brill, 1988) e na Guiana Britânica. Por vezes, a emigração por contrato poderá semelhar-se à servidão por contrato (Pinho, 2016). Portugal também participou indiretamente na servidão por contrato através de Macau (Santos, M., 2017).

4.1 Situação atual em Trindade e Tobago

Segundo Ferreira J-A (2006), os portugueses encontram-se quase que totalmente assimilados no nível cultural. No entanto, o legado histórico e a identidade étnica ainda se mantêm, sendo que algumas famílias ainda mantêm contato direto com a Madeira. Portanto, apesar da exogamia, é possível esboçar uma provável reinterpretação, no sentido de reavivar a identidade étnica portuguesa e de evitar a assimilação total.

4.2 Fatores determinantes em Trindade e Tobago

Em Trindade e Tobago, o grupo cultural dominante eram os britânicos. O fato dos portugueses terem emigrado mediante contrato resultou num estatuto social baixo. Para além disso, a atividade económica principal consistia no pequeno comércio. Portanto, no caso de Trindade e Tobago foram o baixo estatuto social e a atividade económica que discriminaram os portugueses emigrantes e, em menor grau, o fenótipo (Ferreira, J-A., 2006).

As etiquetas ráticas eram móveis. Os portugueses, até à década de 60, não foram considerados brancos, fazendo lembrar que as diferenciações entre os europeus foram normais, até inícios do século XX. A classificação de William Zebina Ripley (1867-1941) é um exemplo do exposto. De modo semelhante, na África do Sul,

a elite mais conservadora desejava classificar os portugueses como mestiços no The Population Registration Act of 1950 (Branco, 2003).

5. Nova Inglaterra (EUA)

A Nova Inglaterra é uma região geográfica e histórica dos Estados Unidos da América que compreende seis Estados no Nordeste. Em finais do século XIX e inícios do século XX, africanos negros e mestiços provenientes das colónias portuguesas, em África, emigraram para os EUA e detinham a nacionalidade portuguesa.

Em 1923, um investigador, próximo da escola sociológica de Chicago, chamado de Taft D. R. (1969) surpreendeu-se com a “escuridão” dos emigrantes portugueses, uma vez que os portugueses europeus habitavam com africanos e mestiços, sobretudo, cabo-verdianos na mesma área residencial. A presença dos africanos e dos descendentes dos africanos de “cor” numa cultura que preferia a separação rática consternou Taft, pois essa mistura era vista como um exemplo perigoso. Os problemas alcançaram também os portugueses de origem europeia, pois estes temiam serem desprovistos no seu estatuto social, pois foram equiparados aos portugueses africanos de “cor” (Castro, 2014).

5.1 A situação atual em Nova Inglaterra (EUA)

Hoje, a temática racial acerca do grupo cultural português ainda não desapareceu, sendo ainda alvo de estudos (Azevedo, 2010; Bastos, 2017; Harney, 1990; Moniz, 2009). Scott (2015) desenvolveu um estudo comparativo e abarcou vários períodos temporais. Ela chamou a atenção para o facto dos portugueses se encontrarem integrados e incorporados ao nível da representação política, sobretudo, através nas eleições sem partido. A autora contraria os trabalhos, entre outros, de Barrow (2002), Barrow e Borges, (2005) e de Bloemraad (2009), os quais apontavam para uma reduzida participação política. A palavra integração poderá ser lida no sentido do modelo da assimilação, mais do que no modelo multicultural. No entanto, a participação política através da noção de etnia poderá conduzir à etnização, isto é, à

permanente diferenciação, o que poderá não coincidir com a assimilação social, ou seja, que o grupo dominante considere os portugueses como iguais, isto é, como assimiláveis. Por fim, a formulação duma identidade étnica poderá ser independente da participação política, por exemplo, no caso de separação cultural face ao grupo dominante.

No que diz respeito à relação dos emigrantes com Portugal, Monteiro (1994) e Leal (2007) mostraram-se muito críticos face a uma presumível identidade transnacional suportada pelas noções de diáspora e de comunidades.

5.2 Fatores determinantes em Nova Inglaterra (EUA)

No caso da Nova Inglaterra, a diferenciação foi feita através do fenótipo e, em menor medida, do estatuto socioeconómico. A discriminação afetou, muitas vezes, os portugueses europeus, pois estes eram considerados dentro da etiqueta de hispânico. De resto, Melville, no célebre romance *Moby Dick*, descreve um elemento da tripulação de origem açoriana como não sendo branco.

6. Brasil

Em 1822, o Brasil torna-se independente e os colonos portugueses se transformam em emigrantes (Pedreira, 1999; Pereira, M., 1990; Sousa, D., 2017; Sousa, F., 2013). A mão-de-obra no Brasil, de então, era constituída, sobretudo, pelos escravos africanos (Pereira, M., 2007) e, em menor medida, pelos nativos escravizados. Ao contrário das colónias espanholas, mas, à semelhança, das inglesas, os portugueses continuaram a emigrar para o Brasil, apesar de, por vezes, existir animosidade da população e restrições institucionais (Alves, 1993; Pereira, M., 1990; Ribeiro, G., 2002). No Brasil, após a independência, existiram tumultos e revoltas contra os portugueses como a Setembrada, em 1831, a Cabanagem (1835-1840), a Balaiada, em 1839, a Revolução Praieira, em 1848, (Ribeiro, M., 2007) e, no Pará, em 1870, existiram também tumultos (Vaquinhas, 2013). Estes tumultos e revoltas tinham, sobretudo, a economia como causa. No entanto, Ribeiro, G. (2000) reportou também conflitos racionais nas primeiras décadas da independência entre portugueses e homens

ditos de “cor”. No Brasil, a fusão das raças ganhou, por vezes, um valor positivo, o qual dizia respeito aos portugueses, por exemplo, em Joaquim Nabuco (1849-1910) e Arthur Ramos (1903-1949). Mas, também negativo, como, em princípios do século XX, por parte de Sílvio Romero (1851-1914) ou Nina Rodrigues (1862-1906), e, mais tarde, de novo positivo por Freyre (1933).

A ambiguidade do Estado Brasileiro face aos portugueses data da sua fundação, pois o príncipe herdeiro da Coroa Portuguesa realiza a independência do Brasil. Se por lado, o ordenamento jurídico favorecia os portugueses (Machado, 2012), por outro lado, este estava em contradição com a aparente lusofobia (Mendes, 2010; Silva, 2007).

Em Portugal, o sistema de passaportes é imposto, em 1720, mediante uma legislação muito restritiva. Contudo, quase um século depois, as invasões napoleónicas, iniciaram um período constitucionalista, o qual garantiu a liberdade individual. Em 1835, a emissão de passaportes é da responsabilidade dos recém-criados Governos Civis de cada distrito. Em 1853, a anterior legislação foi copilada e alargada (Fairbank, 2007) e o passaporte interno foi abolido. No entanto, segundo Pereira M. (2013), a proibição do deslocamento, para além dos 25 quilómetros da residência, foi apenas abolida, em 1863. A emigração coloca em questão a soberania portuguesa, devido à perda da população. Em 1843, na sequência do requerimento de Sá da Bandeira (1795-1876), surge o primeiro inquérito parlamentar acerca da emigração. O segundo inquérito parlamentar surge, em 1873 (Sousa, F., 2010). O terceiro inquérito parlamentar surge, em 1885, e são colocados novos entraves no sentido de desencorajar a emigração (Ribeiro, T., 1891), pois pretendia-se colonizar as colónias de África (Salgado, 2011). No Brasil, os portugueses nunca emigraram mediante acordo entre os dois Estados e a abolição da escravatura não foi condição essencial para o aumento do fluxo português. Esta situação se deveu ao fato dos portugueses residirem, sobretudo, nas zonas urbanas, ocupando-se do comércio. A emigração para o Brasil apenas abrandava em meados do século XX (Santos, P., 2011).

6.1 A situação atual dos emigrantes portugueses no Brasil

Silva e Wateau (2003) reportaram que, na cidade de São Paulo, a identidade étnica dos portugueses se reorganiza e que não se encontra de todo em situação de assimilação total. Por sua vez, em Melgaço, a Noroeste de Portugal, um jornal local (Voz de Melgaço) ainda mantém relação com os emigrantes portugueses, apesar da emigração portuguesa ter diminuído, após os anos cinquenta do século XX (Castro, 2014). Portanto, existe assimilação cultural e social, mas a assimilação total não atingiu a totalidade dos emigrantes. Existe ainda a possibilidade de reinterpretação e de alternância, assim como de marginalização individualista.

6.2 Fatores determinantes no Brasil

A identidade étnica dos portugueses, no Brasil, é complexa e interessante. Ela afasta-se da causa que assenta nos fenótipos e nasce a partir da classe dominante brasileira, ou seja, nasce a partir do mesmo grupo cultural (Barth, 1969). Os conflitos entre brasileiros e emigrantes portugueses nascem devido a razões económicas e, sobretudo, devido ao mercado de trabalho e ao controlo do comércio (Pedreira, 1999), até porque os comerciantes portugueses preferiam outros portugueses vindos de Portugal, em detrimento dos brasileiros (Ribeiro, G., 1990, 1994, 2001; Rowland, 2001; Silva, 2007). Para além das razões económicas e rácicas, existem, sobretudo, razões políticas, pois, no Brasil, tratava-se de elaborar um discurso acerca da identidade nacional

No que diz respeito às hétero-atribuições, os portugueses ganharam muitas etiquetas por parte dos brasileiros, sendo alvo de piadas (Tadeu, 1999), as quais perduraram e aumentaram, curiosamente, após 1945 (Mendes, 2010). Os estereótipo do português tinham dois sentidos "... a do comerciante rico, explorador e usurário, e a do imigrante "burro de carga" " (Rowland, 2001, p. 161).

6.3 A identidade étnica dos emigrantes brasileiros em Portugal

O brasileiro de torna-viagem também foi objeto da crítica, em Portugal, por Queirós (1981) e, sobretudo, por Castelo Branco (1825-1890). Queirós foi também

emigrante, embora deva ser considerado mais como expatriado, devido ao seu estatuto social elevado (Ferreira, A. M., 2016). Na obra de Júlio Dinis (1839-1871), o brasileiro de torna-viagem divide-se em três estereótipos distintos, o rentista ocioso, o empresário, o qual o romancista prezava, e o arruinado (Valério, 1998). A hétero-atribuição de brasileiro estabelece uma diferenciação. No entanto, como veremos, a possibilidade duma identidade étnica é mais robusta na emigração que ocorreu para França.

7. França

Em primeiro lugar, torna-se necessário salientar que, na cultura francesa, existe uma recusa das realidades étnicas e até comunitárias (Oriol, 2004; Schnapper, Costa-Lascoux & Hily, 2001). Em meados da década de 50 do século XX, a maioria do fluxo emigratório português deixa de ser transatlântico e para a ser intraeuropeu. A França torna-se o destino da maioria dos emigrantes portugueses (Serrão, 1985). A mudança deteve implicações simbólicas, pois o emigrante português se afasta do legado colonial e o “navegador” se transforma em operário (Oriol, 1985; Serrão, 1985). O fator simbólico se relaciona com o estatuto social, o qual era baixo. Por outro lado, este fluxo existiu num período em que se desejava colonizar as colónias e em que o Estado Português necessitava de homens para enfrentar a ameaça dos movimentos de libertação (Pinho, 2016; Poinard, 1988).

Este fluxo emigratório se caracterizou pela sua clandestinidade, a qual era na sua maioria constituída por homens, o que garantia o envio de remessas para a restante família e Estado (Pereira, V., 2004). O fluxo migratório que decorreu entre meados da década de 50 até 1974, foi muitíssimo elevado, podendo ser comparado ao brasileiro, mas que decorreu num período de tempo curto. No contexto das migrações intraeuropeias, o referido fluxo se constituiu como uma anomalia (Poinard & Roux, 1977); Santos, I., 2005).

O fenómeno migratório foi definido pelas Nações Unidas (2002) como sendo temporário. No entanto, durante a década de 1980, compreendeu-se que um bom número de emigrantes portugueses não retornaria definitivamente a Portugal (Brettell,

1979; Monteiro, 1994), sendo que a partir de meados da década anterior se realizou o reagrupamento familiar. Esta situação conduziu ao movimento de vai-e-vem entre a França e Portugal (Charbit, Hily, Poinard & Petit, 1997). De novo, a crise de 2008 fomentou um outro fluxo emigratório. É possível, pois, afirmar que o fluxo perdura há cerca de três gerações (Santos, I., 2007). Por outro lado, atualmente a livre circulação de trabalhadores dentro do Espaço Schengen poderá conduzir a novas formas de exploração, por exemplo, no que diz respeito ao trabalho destacado (Thoemmes, 2014)

7.1 Situação atual em França

Por vezes, os emigrantes portugueses, em França, são caracterizados pela sua suposta invisibilidade. Esta conceção ganhou diferentes sentidos, os quais se podem misturar (Leal & Frias, 2003). Em alguns casos, se relaciona com a fraca participação dos portugueses na vida social e política francesa. Em outros casos, diz respeito à boa integração dos portugueses, sendo que a palavra integração deve ser lida como assimilação, pois o grupo dominante percebeu o imigrante português como igual ou assimilável em termos sociais. Em outros casos ainda, trata-se de fazer uma comparação face aos imigrantes magrebinos, servindo a suposta “boa integração” dos portugueses para revelar a não expetável assimilação social dos magrebinos (Domingues, 2005). Jelen (2007), por fim, realça que a invisibilidade dos portugueses se deve ao comportamento de separação face à sociedade francesa, pois os portugueses supostamente limitam a interação intercultural.

Neste estudo, aquilo que caracteriza os emigrantes portugueses é o movimento de vai-e-vem entre Portugal e a França (Charbit, Hily, Poinard & Petit, 1997). A materialização da manutenção cultural e, em simultâneo, da aculturação, isto é, da aprendizagem pelos homens portugueses que trabalhavam na construção, foi a chamada casa francesa (Villanova, 2007). Esta permitiu o movimento de vai-e-vem. No entanto, atualmente, a situação é mais complexa, pois alguns dos elementos da primeira geração de emigrantes portugueses retornaram a Portugal. No entanto, tal não ocorreu de forma definitiva, pois a segunda geração permaneceu frequentemente em França, o que obriga a primeira geração ao vai-e-vem. Em Portugal, o reencontro das

gerações efetua-se, sobretudo, durante o mês de agosto. No entanto, a segunda e a terceira gerações percebem a casa dos pais quase como turistas. Portanto, a situação será muito complexa, tendo em conta que existem várias gerações, incluindo um fluxo recente.

Assim dispendo, os portugueses poderão estar assimilados em termos sociais. A questão da existência duma comunidade ou diáspora será semelhante à descrita por Monteiro (1994), nos EUA. Ou seja, poderá existir comunidade junto daqueles que trabalham e estão próximos dos diversos tipos de associações ou nas áreas com forte concentração residencial, mas não para os restantes emigrantes que se afastam dessas áreas ou que sempre tiveram isolados. Os emigrantes poderão ainda estar apenas assimilados em termos culturais, e poderão ainda estar separados da sociedade francesa, mantendo o vínculo com esta apenas no seu nível público, isto é, no local de trabalho assalariado. No sentido de acrescentar complexidade, talvez, que, em certos casos, as micropátrias de que falava Rocha-Trindade (1987) ainda poderão existir, pois alguns emigrantes poderão apenas identificar-se com a sua terra natal, aldeia ou região. A existência da alternância poderá também existir, sobretudo, para aqueles com maior estatuto social e cultural entre Estados e instituições internacionais. A opção da marginalização, ou seja, individual é, hoje, auxiliada pelas novas formas de comunicação (Castro, 2018b, 2019a).

7.2 Fatores determinantes em França

O fenótipo aparentemente ganhou uma relevância menor na determinação da identidade étnica hétero-atribuída, embora este seja reportado pelos portugueses (Castro, 2014). A variável mais relevante parece ser o baixo estatuto social, o qual se relaciona com as atividades assalariadas e com o baixo nível educacional. As piadas que circulam acerca dos portugueses indicam o predomínio deste último fator.

Os emigrantes portugueses também estabelecem fortes diferenciações como grupo minoritário. Segundo Todd (1994), a família do Norte de Portugal encorajou a perceção das diferenças humanas, pois é não igualitária e individualista. Castro (2014)

relatou que, em França, os emigrantes portugueses mostravam preconceito contra os muçulmanos, os africanos e se diferenciam face à cultura francesa.

7.3 A identidade étnica dos emigrantes de França em Portugal

A suposta identidade étnica dos emigrantes portugueses de França é hétero-atribuída pelos residentes não emigrantes, sendo que muitos destes últimos já foram emigrantes ou têm familiares emigrantes. A hétero-atribuição é reportada, por exemplo, na designação imputada aos emigrantes, isto é, “franceses”, elaborando uma diferenciação cultural e grupal.

O retorno temporário dos emigrantes de férias implica tensões sociais, entre os locais e os emigrantes (Gonçalves, 1996; Santos, I., 2005). A desertificação humana de muitos concelhos portugueses contrasta com o massivo retorno temporário, sendo que a população aumenta de forma exponencial.

O número de emigrantes de regresso é muito maior do que no caso brasileiro, sendo que ocorre ao mesmo tempo, talvez devido à proximidade geográfica. Um outro fator diferenciador é o uso da língua francesa (Poinard, M., 1988), fazendo-se fora do contexto lusófono e com baixo estatuto social e simbólico.

O consumo ostensivo (Gonçalves, 1996) também era reportado aos ditos emigrantes “brasileiros”, no entanto, este tem diminuído nos ditos “franceses”. A valorização do que é estrangeiro também não diferencia, hoje, emigrantes e residentes, tal como o fez em décadas anteriores, sendo que era também reportado aos emigrantes vindos do Brasil.

O comportamento agonístico entre residentes e emigrantes se adapta ao racional teórico de Barth (1969), pois este reportou que a identidade étnica poderia surgir a partir duma mesma cultura. Por outro lado, também se aproxima da obra de Elias & Scotson, (1994), pois foram as diferentes enculturações e socializações que realizaram a diferenciação reportada por eles.

Barth (1969) chamava a atenção para as variáveis ecológicas como determinantes das identidades étnicas. Neste caso, de facto, elas parecem ser as variáveis fundamentais, pois a distância entre os espaços implica diferentes processos de aculturação, enculturação e socialização, este último, sobretudo, no que diz respeito à aprendizagem da língua francesa. Por outro lado, o elevado número de emigrantes de regresso contrasta com a desertificação humana de muitos concelhos portugueses. Se, em França, os emigrantes são apenas mais um grupo cultural minoritário entre muitos, excetuando nos locais com forte concentração residencial, em Portugal, eles se constituem em muitas aldeias como a maioria, aquando do regresso periódico.

Por outro lado, as micropátrias de Rocha-Trindade (1987) ainda existem, de certo modo. Atualmente, os emigrantes não se limitam à sua terra natal, senão que, por vezes, atuam como verdadeiros turistas noutras partes do país. No entanto, para a maioria destes a viagem de regresso se faz para a casa da primeira geração, ganhando o fluxo do regresso temporário uma característica familiar, a qual, por vezes, apenas se alarga até à família extensa, não facilitando relações sociais com a restante sociedade.

A questão merece posterior análise, sobretudo, no que diz respeito a uma possível autoatribuição individual e grupal por parte dos emigrantes. A hétero-atribuição não é suficiente para se falar numa verdadeira identidade étnica, sendo ainda que o contato intercultural entre os grupos não é contínuo, senão que se faz, sobretudo, de forma massiva nos meses de verão. Portanto, trata-se de verificar se existe o sentido de pertença, o comportamento de exploração e a autoatribuição.

8. Comparação, discussão e conclusão

A imigração é, sobretudo, um fenómeno individual e, no máximo, familiar. No entanto, as migrações se inscrevem no interior das culturas e por entre culturas e Estados soberanos. As migrações colocam em causa as soberanias nacionais. No caso português, por exemplo, a ambiguidade do tratamento da emigração por parte do

Estado Novo (Pereira, V., 2004) foi um sinal da não assunção da perda de soberania, ou seja, da perda massiva da população.

Atualmente, a robotização, a digitalização da economia e da vida, as mudanças climáticas (Ramos, Ramos & Moreira, 2010) e a rarefação dos recursos naturais, assim como a ideologia neoliberal dominante, irão fazer aumentar as migrações para níveis nunca antes vistos. Pinçon-Charlot e Pinçon (2014) reportaram que um dos fatores que determina o sucesso da elite económica e financeira dominante assenta no fato de serem solidários entre eles, apesar do discurso dominante remeter para a competição do darwinismo social. Neste contexto, o estudo dos elementos diferenciadores entre humanos ganha especial importância. Os fatores que diferenciam os indivíduos em grupos étnicos variam consoante o espaço e o tempo. As variáveis ecológicas são determinantes, pois a distância entre os espaços implica diferentes processos de aculturação, enculturação e socialização.

O fenótipo ou raça deteve um peso relevante na Nova Inglaterra e, em menor intensidade, em Trindade e Tobago. Ambos os países tinham como grupo cultural dominante os WASP, isto é, brancos anglo-saxónicos e protestantes, os quais, talvez, devido à noção de predestinação protestante e à crença (científica) na sua superioridade face a todos demais grupos culturais, incluindo os restantes europeus, viveram obcecados com os fenótipos.

O fator político foi relevante no Brasil, pois a classe dominante brasileira era de origem portuguesa e assistiu-se à necessidade dum diferenciação grupal. O estatuto económico também deteve importância, sendo que, pelo contrário, o fator fenótipo deteve uma importância menor. Em França, os fatores mais relevantes parecem ser os estatutos sociocultural e o socioeconómico.

A diferenciação também pode acontecer, em Portugal, no que diz respeito aos emigrantes portugueses em França. No entanto, posteriores estudos serão especialmente interessantes, no sentido de verificar se a identidade étnica dos

emigrantes portugueses de França existe realmente em Portugal, sobretudo, no que diz respeito a uma possível autoatribuição, ao sentido da pertença e ao comportamento de exploração. Os futuros estudos devem ainda alargar a descrição da identidade étnica dos portugueses em outros contextos e Estados soberanos, no sentido de determinar padrões determinantes.

Referências bibliográficas

- Almeida, M. V. (2008). "Not quite white": Portuguese people in the margins of Lusotropicalism, the luso-afro-brazilian space, and Lusophony. In *Colloquium "Antônio Vieira and the futures of Luso-Afro-Brazilian studies"*, The Center for Portuguese Studies and Culture, University of Massachusetts Dartmouth, 2-3 May 2008.
- Alves, J. F. (1993). Lógicas migratórias no Porto oitocentista. In M. H. Pereira et al. (Coord.), *Emigração e imigração nos séculos XIX-XX*. Alges: Fragmentos.
- Azevedo, R. V. (2010). Not quite white: The ethno-racial identity of a portagee. *A Journal of Anglo-American Studies*, 12, 19-34.
- Barkan, E. (1992). *The retreat of scientific racism: Changing concepts of race in Britain and the United States between the World Wars*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Barth, F. (1969). *Ethnic groups and boundaries. The social organization of culture difference*. Oslo: Universitetsforlaget.
- Barrow, C. W. (2002). *Portuguese-Americans and contemporary civic culture in Massachusetts*. North Dartmouth, MA: Center for Portuguese Studies and Culture and the Center for Policy Analysis, University of Massachusetts Dartmouth.
- Barrow, C. W., & Borges, D. R. (2005). *Portuguese-Americans in the Massachusetts power structure: A positional analysis*. North Dartmouth, MA: Center for Policy Analysis, University of Massachusetts Dartmouth.
- Bastos, C. (2011). *Ilhas, planaltos e travessias: Os fluxos de madeirenses entre plantações e colónias*. Funchal: Centro de Estudos de História do Atlântico.
- Bastos, C. (2017). Migrants, inequalities and social research in the 1920s: The story of two Portuguese communities in New England. *History and Anthropology*.
- Bloemraad, I. (2009). Citizenship, naturalization and electoral success: Putting the Portuguese-American experience in comparative context. In K. Da Costa Horton & A. Klimt (Eds.), *Community, culture and the makings of identity: Portuguese Americans along the eastern seaboard* (pp. 27-49). North Dartmouth, MA: Center for Portuguese Studies and Culture, University of Massachusetts Dartmouth.
- Bourdieu, P. (1992). *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Editora Perspectiva.
- Bourdieu, P. (2001). *O que fala quer dizer: As estruturas sociais da economia*. Alges: Difel Editora.
- Bourne, R. S. (July, 1916). Trans-national America. *Atlantic Monthly*, 118, 86-97.
- Boxer, C. (1961). *The Portuguese seaborne empire*. London: Hutchinson.
- Boxer, C. (1963). *Race relations in the Portuguese Colonial Empire 1415–1825*. Oxford: Clarendon Press.
- Branco, L. B. N. C. (2003). *A política externa sul-africana do apartheid a Mandela*. Dissertação de doutoramento não publicada, ISCTE, Lisboa.
- Brettell, C. (1979). Emigrar para voltar: A Portuguese ideology of return migration. *Papers in Anthropology*, 20, 1-20.
- Castro, J. F. P. (2014). *O contexto da aculturação português através do modelo de Rudmin: Do encontro intercultural com o Japão até ao Luso-Tropicalismo*. Dissertação de doutoramento não publicada, Universidade Fernando Pessoa, Porto.
- Castro, J. F. P. (2018a). A review about acculturation on the earlier American Anthropologist journal. *Revista Idealizando*, 2, 1, 67-97.

- Castro, J. F. P. (2018b). Lifelong education on Portuguese emigrants and their acculturation. *Sisyphus – Journal of Education*, 6, 97-119.
- Castro, J. F. P. (2019a). Fieldwork in a social media: Acculturation on Portuguese emigrants in Germany. In S. Batibonak., J. F. Simba., & C. Hawa (Ed.), *Mutations dans les migrations, conflictualités dans les pratiques* (pp. 143-164). Paris: L'Harmattan.
- Castro, J. F. P. (2019b). *Bibliografia acerca da e/imigração, aculturação e identidade étnica em língua portuguesa (Portugal, Brasil, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe) com ligações URL, 2019*. Porto: Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade.
- Charbit, Y., Hily, M. A., Poinard, M., & Petit, V. (1997). *Le va-et-vien identitaire: Migrants portugais et villages d'origine*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Coleman, H. L. K. (1995). Strategies for coping with cultural diversity. *Counseling Psychologist*, 23, 722-740.
- Comaroff, J., & Comaroff, J. (2009). *Ethnicity, Inc: On indigeneity and its interpellations*. Chicago: The University of Chicago Press.
- Cummins, J. S., & Rebelo, L. S. (2001). The controversy over Charles Boxer's Race Relations in the Portugueses Colonial Empire 1415–1825. *Portuguese Studies*, 17, 233-246.
- Curto, D. R. (2013). The debate on race relations in the Portuguese Empire and Charles R. Boxer's position. *e-JPH*, 11, 1-42.
- Domingues, S. M. (2005). Travailleurs maghrébins et portugais en France: Le poids de l'origine. *Revue Économique*, 56, 447-464.
- Du Bois, W. E. (1999). *The Philadelphia Negro: A social study*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press. Originalmente publicado em 1899.
- Elias, N., & Scotson, J. (1994). *The established and the outsiders: A sociological enquiry into community problems*. London: Sage Publications. Originalmente publicado em 1965.
- Fairbank, R. (2007). Iberian emigration law: A comparison study of liberalism in nineteenth-century emigration law of Spain and Portugal. *The BYU Family Historian*, 6, 43-58.
- Ferreira, A. M. (2016). Eça de Queirós: Migrations and borders. *Forma Breve*, 13, 79-89.
- Ferreira, J-A. (1994). *The Portuguese of Trinidad and Tobago. Portrait of an ethnic minority*. St. Augustine: Institute of Social and Economic Research, University of the West Indies.
- Ferreira, J-A. (2006). Madeiran Portuguese migration to Guyana, St. Vincent, Antigua e Trinidad a comparative overview. *Portuguese Studies Review*, 14, 63-85.
- Frazier, E. F. (1949). Race contacts and the social structure. *American Sociological Review*, 14, 1-11.
- Freyre, G. (1933). *Casa-grande & senzala: Formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*. Rio de Janeiro: Maia & Schmidt.
- Geschwender, J., Carroll-Seguín, R., & Brill, H. (1988). The Portuguese and Haoles of Hawaii: Implications for the origin of ethnicity. *American Sociological Review*, 53, 515-527.
- Girard, R. (1972). *La violence et le sacré*. Paris: Bernard Grasset.
- Godinho, A. M. (1962). *O ultramar português, uma comunidade multirracial*. Lisboa: Sociedade de Geografia.

- Gonçalves, A. (1996). *Imagens e clivagens. Os emigrantes face aos residentes*. Porto: Afrontamento.
- Harney, R. F. (1990). Portygees and other caucasians. Portuguese and the racialism of the English-speaking world. Em D. Higgs (Org.), *Portuguese migration in global perspective* (pp. 113-135). Toronto: The Multicultural History Society of Ontario.
- Jelen, B. (2007). *Immigrant in/visibility: Portuguese and North Africans in post-colonial France*. Tese de doutoramento não publicada, University of California, Irvine.
- Kallen, H. (1915, Feb 25). Democracy versus the melting-Pot: A study of American nationality II. *The Nation*, 100, 217-220.
- Klimt, A. (2000). Enacting national selves. Authenticity, adventure and disaffection in the Portuguese diaspora. *Identities*, 6, 513-550.
- Knepper, P. (2010). *The invention of international crime: A global issue in the making, 1881-1914*. New York: Palgrave Macmillan.
- Leal, J. (2000). The making of saudade: National identity and ethnic psychology in Portugal. Em T. Dekker., J. Helsloot., & C. Wijers (Eds.), *Roots and rituals: The construction of ethnic identities* (pp. 267-287). Amsterdam: Het Spinhuis.
- Leal, J. (2007). *Açores, EUA, Brasil. Imigração e etnicidade*. Horta: Direção Regional das Comunidades.
- Leal, J., & Frias, A. (2003). Deuxième génération: Visibilité et invisibilité. *Recherches en Anthropologie au Portugal*, 9, 161-174.
- Lévi-Strauss, C. (1952). *Race and history*. Paris: United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization.
- Machado, F. L., Lopes, A., & França, J. F. (2012). *Le Portugal, pays européen à double migration de main-d'œuvre*. Fribourg: Fribourg Academic Press.
- Machado, I. J. R. (2012). The management of difference: Reflections on policies concerning immigration and the control of foreigners in Portugal and Brazil. *Vibrant: Virtual Brazilian Anthropology*, 9, 311-332.
- Massa, J-M. (1997). Heurs et malheurs de Gilberto Freyre en Guinée portugaise et au Cap-Vert. *Lusotopie*, 4, 227-235.
- Mata, M. E. (2007). Interracial marriage in the last Portuguese colonial empire. *E-Journal of Portuguese History*, 5, 1.
- Mendes, J. S. R. (2010). *Laços de sangue. Privilégios e intolerância à imigração portuguesa no Brasil (1822-1945)*. Porto: Fronteira do Caos & Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade.
- Miller, H. A. (1924). *Races, nations and classes: The psychology of domination and freedom*. Philadelphia: Lippincott.
- Moniz, M. (2009). The shadow minority: An ethno-history of Portuguese and Lusophone racial and ethnic identity in New England. Em K. D. Holton., & A. Klimt (Orgs.), *Community, culture and the makings of identity: Portuguese-Americans along the Eastern Seaboard* (pp. 409-430). Dartmouth: University of Massachusetts Dartmouth.
- Monteiro, P. (1994). *Emigração: O eterno mito do retorno*. Oeiras: Celta Editora.
- O'Neill, B. J. (1999). La triple identité des créoles portugais de Malaca. *Ethnologie Française*, 29, 237-253.
- Oriol, M. (1985). Du navigateur au prolétaire: L'histoire comme ressource identitaire dans la diaspora portugaise. *Migrations et Méditerranée*, 31-32, 203-215.
- Oriol, M. (2004). Éditorial: Vingt ans après: La «portugalité» introuvable. *Cahiers de l'URMIS*, 9, 11-13.

- Park, R. (1928). Human migration and the marginal man. *American Journal of Sociology*, 33, 881-893.
- Pecoud, A. (2015). *Depoliticizing migration: Global governance and international migration narratives*. New York: Palgrave Macmillan.
- Pedreira, J. M. (1999). Brasil, fronteira de Portugal. Negócio, emigração e mobilidade social (séculos XVII e XVIII). *Anais da Universidade de Évora*, 8-9, 47-72.
- Pereira, C. (2016). *O mito das comunidades portuguesas entrevista com Paulo Filipe Monteiro*. Lisboa: Observatório da Emigração.
- Pereira, M. H. (1990). Algumas observações complementares sobre a política de emigração portuguesa. *Análise Social*, XXV, 735-739.
- Pereira, M. H. (2007). A emigração portuguesa para o Brasil e a geo-estratégia do desenvolvimento euro-americano. *População e Sociedade*, 14, 41-50.
- Pereira, M. H. (2013). A emergência do conceito de emigrante e a política de emigração. In J. J. A. Arruda., V. L. A. Feruni., M. A. I. S. Matos., & F. Sousa (Orgs.), *De colonos a imigrantes. I(E)migração portuguesa para o Brasil* (pp. 37-45). São Paulo: Alameda.
- Pereira, V. (2004). La politique d'émigration de l'Estado Novo entre 1958 et 1974. *Cahiers de l'URMIS*, 9, 15-33.
- Phinney, J., & Ong, A. (2007). Conceptualization and measurement of ethnic identity: Current status and future directions. *Journal of Counseling Psychology*, 54, 271-281.
- Pimenta, F. T. (2014). O Estado Novo português e a reforma do Estado colonial em Angola: o comportamento político das elites brancas (1961-1962). *História (São Paulo)*, 33, 250-272.
- Pimenta, F. T. (2017). Causas do êxodo das minorias brancas da África portuguesa: Angola e Moçambique (1974/1975). *Revista Portuguesa de História*, XLVIII, 99-124.
- Pina-Cabral, J. (2012). Charles Boxer and the race equivoque. Em F. Bethencourt., & A. J. Pearce (Eds.), *Racism and ethnic relations in the Portuguese-Speaking World* (pp. 99-112). New York: Oxford University Press.
- Pina-Cabral, J., & Lourenço, N. (1993). *Em terra de tufões: Dinâmicas da etnicidade macaense*. Macau: Instituto Cultural de Macau.
- Pinçon-Charlot, M., & Pinçon, M. (2014). *Pourquoi les riches sont-ils de plus en plus riches et les pauvres de plus en plus pauvres?* Paris: La Ville Brûle.
- Pinho, F. (2016). *As origens da política portuguesa de emigração: Uma entrevista de Miriam Halpern Pereira*. Lisboa: Observatório da Emigração.
- Pinto, F. M. (1989). *The travels of Mendes Pinto* (R. Catz, Ed.). Chicago: University of Chicago Press. Originalmente publicado em 1614.
- Poinard, M. (1988). La politique d'un pays d'origine: Le Portugal. *Revue Européenne des Migrations Internationales*, 4, 187-202.
- Poinard, M., & Roux, M. (1977). L'émigration contre le développement: Les cas portugais et yougoslave. *Revue Tiers Monde*, 69, 21-53.
- Queirós, E. (1981). Carta-prefácio. In L. Magalhães, *O brasileiro Soares* (pp. 19-26). Lisboa: Imprensa Nacional /Casa da Moeda. Originalmente publicado em 1886.
- Ramos, M. C. P., Ramos, N., & Moreira, A. I. R. (2010). Climate change and forced environmental migration vulnerability of the Portuguese coastline. In W. L., Filho., U. M. Azeiteiro., & F. Alves (Eds.), *Climate change and health improving resilience and reducing risks* (pp. 403-417). New York: Springer Cham.

- Ribeiro, G. S. (1990). *Mata galegos: Os portugueses e os conflitos de trabalho na República Velha*. São Paulo: Brasiliense.
- Ribeiro, G. S. (1994). Por que você veio encher o pandulho aqui? Os portugueses, o antilusitanismo e a exploração das moradias populares no Rio de Janeiro da República Velha. *Análise Social*, XXIX, 31-54.
- Ribeiro, G. S. (2000). Metáforas e ações na longa luta pela liberdade: Conflitos entre portugueses e homens de cor, corte do Rio de Janeiro, 1827-1834. *Tempo (London)*, 10, 97-117.
- Ribeiro, G. S. (2001). A guerra aos portugueses no Rio de Janeiro dos anos de 1890. *Revista Oceanos Portugueses no Brasil Independente*, 44, 68-84.
- Ribeiro, G. S. (2002). *A liberdade em construção*. Rio de Janeiro: Relume Dumara.
- Ribeiro, M. A. (2007). Construindo o "Brasileiro": Contornos do imigrante português no Brasil de 800. *Revista de História das Ideias*, 28, 623-648.
- Ribeiro, T. (1891). *Questões sobre emigração: Projecto de lei*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Rocha-Trindade, M. B. (1987). As micropátrias do interior português. *Análise Social*, XXIII, 721-732.
- Rowland, R. (2001). Manuéis e Joaquins: A cultura brasileira e os portugueses. *Etnográfica*, V, 157-172.
- Rudmin, F. W., Wang, B., & Castro, J. F. P. (2017). Acculturation research critiques and alternative research designs. Em S. J. Schwartz., & J. B. Unger, (Ed.), *Handbook of acculturation and health* (pp. 75-95). Oxford: Oxford University Press.
- Salgado, C. (2011). O inquérito parlamentar de 1885 e o discurso sobre a emigração. In F. Sousa., I. Martins., L. M. Menezes., M. I. Matos., M. N. Sarges., & S. S. Silva (Coord.), *Um passaporte para a terra prometida*. Porto: Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade/Fronteira do Caos.
- Santos, I. (2005). Entre mémoire institutionnelle et mémoire personnelle: Quelle mémoire partagée de la migration portugaise en France. *Diasporas (Histoire et Sociétés)*, 6, 84-95.
- Santos, I. (2007). Les luso-descendants: Une nouvelle première génération d'émigrants. *Agora Débats/Jeunesse*, 45, 44-54.
- Santos, I. (2013). L'émigration au Portugal, avatar d'un pays 'semi-périphérique', métropole postcoloniale. *Hommes et migrations*, 1302, 157-161.
- Santos, I. (2016). L'Angola, un Eldorado pour la jeunesse portugaise: Mondes imaginés et expériences de la mobilité dans l'espace Lusophone. *Cahiers d'Études Africaines*, 221, 29-52.
- Santos, M. A. (2017). Migrações e trabalho sob contrato no século XIX. *História (São Paulo)*, 36, 1-24.
- Santos, P. M. (2011). As relações Portugal-Brasil e a emigração. Enquadramento político-diplomático da 1.^a metade do século XX. Em F. Sousa., I. Martins., L. M. Menezes., M. I. Matos., M. N. Sarges., & S. S. Silva (Eds.), *Um passaporte para a terra prometida* (pp. 557-572). Porto: Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade/Fronteira do Caos.
- Santos, R. V., Fry, P. H., Monteiro, S., Maio, M. C., Rodrigues, J. C., Bastos-Rodrigues, L., & Pena, S. D. (2009). Colour, race and genomic ancestry in Brazil: Dialogues between anthropology and genetics. *Current Anthropology*, 50, 787-819.

- Santos, Y. (2010). État et migration: Une action officielle portugaise préférentiellement tournée vers l'émigration transocéanique, 1880-1969. *Cahiers de la Méditerranée*, 80, 65-86.
- Sarkissian, M. (2005). Being Portuguese in Malacca: The politics folk culture in Malaysia. *Etnográfica*, IX, 149-170.
- Schnapper, D., Costa-Lascoux, J., & Hily, M-A. (2001). De l'État-nation au monde transnational. Du sens et de l'utilité du concept de diaspora. *Revue Européenne des Migrations Internationales*, 17, 9-36.
- Scott, D. M. (2015). The political incorporation of Portuguese Americans in New England: Partisan and nonpartisan ballots and ethnic populations. *InterDISCIPLINARY Journal of Portuguese Diaspora Studies*, 4, 193-216.
- Serrão, J. (1985). Notas sobre a emigração e mudança social no Portugal contemporâneo. *Análise Social*, XXI, 995-1004.
- Sideri, E. (2008). The diaspora of the term diaspora: A working-paper of a definition. *Transtext(e)s Transcultures*, 4.
- Silva, E. C., & Wateau, F. (2003). La saudade des jeunes et la modernité des vieux: Constructions culturelles de la ressemblance et de la différence chez les migrants portugais et luso-descendants de São Paulo. *Recherches en Anthropologie au Portugal*, 9, 47-59.
- Silva, S. N. T. (2007). *O emigrante português em três romances de Aluísio Azevedo*. Tese de mestrado não publicada, Universidade do Porto, Porto.
- Sousa, D. A. (2017). Só ou acompanhado? A emigração para os territórios ultramarinos nos séculos XVI e XVII. *História. Revista da FLUP*, 7, 12-34.
- Sousa, F. (2010). O primeiro inquérito português à emigração (1843). In M. N. Sarges., F. S., A. Junior., C. D. Cancela., & M. I. S. Matos (Orgs.), *Entre mares: O Brasil dos portugueses* (pp. 275-283). Belém: Paka-Tatu.
- Sousa, F. (2013). Os portugueses. De colonos a imigrantes. In J. J. A. Arruda., V. L. A. Feruni., M. A. I. S. Matos., & F. Sousa (Orgs.), *De colonos a imigrantes. I(E)migração portuguesa para o Brasil* (pp. 21-36). São Paulo: Alameda.
- Subrahmanyam, S. (2012). *The Portuguese Empire in Asia, 1500–1700: A political and economic history*. Oxford, UK: John Wiley & Sons.
- Tadeu, P. (1999). *Manuel [sic] de piadas de português, e piadas portuguesas de brasileiros*. São Paulo: Matrix.
- Taft, D. R. (1969). *Two Portuguese communities in New England*. New York: Arno Press. Originalmente publicado em 1923.
- Taft, R. (1981). The role and personality of the mediator. Em S. Bochner (Ed.), *The mediating person: Bridges between cultures* (pp. 53-88). Boston: G. K. Hall.
- Thoemmes, J. (2014). Le travail détaché. Le cas des salariés portugais du secteur de la construction en France. *Les Mondes du Travail*, 14, 9-55.
- Todd, E. (1994). *Le destin des immigrés assimilation et ségrégation: Dans les démocraties occidentales*. Paris: Editions du Seuil.
- United Nations (2002). *International Migration Report 2002*. New York: United Nations.
- Valério, N. (1998). *A imagem do "brasileiro" na obra literária de Júlio Dinis*. Lisboa: Gabinete de História Económica e Social.
- Vaquinhas, I. (2013). "Fora galego!" Um caso de antilusitanismo no Pará na década de setenta do século XIX. *Revista Estudos Amazônicos*, X, 216-235.

- Villanova, R. (2007). Quêtes identitaires et réancrage territorial: Quelles perspectives? *L'Homme et la Société*, 165-166, 133-139.
- Williams, A., & Patterson, G. (1998). An empire lost but a province gained: A cohort analysis of British retirement in the Algarve. *International Journal of Population Geography*, 4, 135-155.